

o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment).

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.7 Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem a florestas de pinus que, após o corte, são destinadas para venda para terceiros. O processo de corte e replantio tem um ciclo aproximado de 12 – 14 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao custo, conforme premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na Nota 15.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais e licenças e direitos não são amortizados.

(b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, pelas taxas descritas na Nota 14.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(c) Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de energia hidráulica, cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público (UBP). O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecidos no contrato. O registro inicial desse passivo e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização desse intangível é calculado pelo método linear pelo prazo remanescente de concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzidos pelos pagamentos contratados.

2.9 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, Unidades fabris e escritório. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico ou custo atribuído - quando aplicável (Nota 13), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Programa de recuperação fiscal

Os valores a pagar decorrentes do programa de recuperação fiscal são obrigações a pagar por adesão aos programas governamentais REFIS, PAES e PAEX, conforme descrito na Nota 19, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas, no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial um ativo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Em 2016, não houve combinação de negócios.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e

dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

(a) Venda de produto

Na Companhia, as vendas são reconhecidas quando da entrega dos produtos (papéis para as mais diversas aplicações) para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que os produtos tenham sido enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o comprador, o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com contrato de venda e as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, conforme definido no Estatuto Social da Companhia.

2.17 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O valor mínimo para distribuição dos dividendos é de 25% do lucro líquido, conforme definido no estatuto social da Companhia.

2.18 Empreendimentos controlados em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (Joint Operation) ou empreendimentos controlados em conjunto (Joint Venture) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e negócios em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis dos negócios em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.19 Normas novas que ainda não estão em vigor

a) IFRS 9/CPC 48 – "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Não é esperado impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros, uma vez que de acordo com o modelo de negócio, a Empresa manterá as classificações para os ativos financeiros.

b) IFRS 15/CPC 47 – "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 – "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 – "Receitas"; e correspondentes interpretações.

Devido a natureza das operações da Empresa, não são esperados ajustes significativos no reconhecimento de receitas.

c) IFRS 16 – "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1o de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A administração está avaliando os impactos desta nova norma e não estima mudanças significativas devido ao reduzido número de contratos de arrendamento que possui.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeito ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvido em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(c) Revisão da vida útil e recuperação de propriedades, plantas e equipamentos A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de riscos é realizada segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

| | 31 de dezembro de 2017 | 31 de dezembro de 2016 | | |
|---------------------------------------|---|------------------------|---|----------------------|
| | Em milhares de dólares norte americanos | Em milhares de reais | Em milhares de dólares norte americanos | Em milhares de reais |
| Ativo | | | | |
| Contas a receber de clientes (Nota 8) | 733 | 2.424 | 704 | 2.294 |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores (Nota 16) | (510) | (1.687) | | |
| Exposição líquida | 223 | 737 | 704 | 2.294 |

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros.

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa futuros, que incluem os juros a incorrer, motivo pelo qual esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos e programa de recuperação fiscal.

| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Acima de cinco anos |
|----------------------------------|-----------------|----------------------|-------------------------|---------------------|
| Em 31 de dezembro de 2017 | | | | |
| Fornecedores | 73.479 | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 37.599 | 33.372 | 61.899 | 22.491 |
| Programa de recuperação fiscal | 11.378 | 2.896 | 7.163 | 2.526 |
| Em 31 de dezembro de 2016 | | | | |
| Fornecedores | 51.263 | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 58.317 | 88.723 | 4.628 | 696 |
| Programa de recuperação fiscal | 11.691 | 4.144 | 6.541 | 7.823 |

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial) e dívida fiscal, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim sumarizados:

| | 2017 | 2016 |
|--|----------|---------|
| Total de empréstimos e financiamentos (Nota 17(a)) | 118.577 | 149.572 |
| Total de parcelamento fiscal (Nota 19(b)) | 22.520 | 20.200 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7) | (25.645) | (7.262) |
| Dívida líquida | 115.452 | 162.510 |
| Total do patrimônio líquido | 75.280 | 80.003 |
| Total do capital | 190.732 | 242.513 |
| Índice de alavancagem financeira % | 61 | 67 |

5 Instrumentos financeiros por categoria

| | 2017 | 2016 |
|--|---------|---------|
| Ativos conforme balanço patrimonial | | |
| Empréstimos e recebíveis | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7) | 25.645 | 7.262 |
| Contas a receber de clientes (Nota 8) | 44.487 | 38.901 |
| Adiantamento a fornecedores | 2.698 | 6.181 |
| Partes relacionadas (Nota 11(a)) | 4.360 | 1.357 |
| Títulos da dívida do Estado | 2.854 | 2.854 |
| | 80.044 | 50.992 |
| Passivos conforme balanço patrimonial | | |
| Outros passivos financeiros | | |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 17(a)) | 118.577 | 149.572 |
| Fornecedores (Nota 16) | 73.479 | 51.263 |
| Programa de recuperação fiscal (Nota 19(b)) | 22.520 | 20.200 |
| Partes relacionadas (Nota 11 (a)) | 90.601 | 9.167 |
| | 305.177 | 230.202 |

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

| | 2017 | 2016 |
|---|--------|--------|
| Contas a receber de clientes | | |
| Contrapartes sem classificação externa de crédito | | |
| Grupo 1 | 265 | 694 |
| Grupo 2 | 23.975 | 25.171 |
| Grupo 3 | 20.247 | 13.036 |
| Total de contas a receber de clientes | 44.487 | 38.901 |

Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).

Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com alguma inadimplência no passado.

7 Caixa e equivalentes de caixa

| | 2017 | 2016 |
|----------------------------|--------|-------|
| Caixa e bancos | 8.498 | 1.201 |
| Aplicações financeiras (i) | 17.147 | 6.061 |
| | 25.645 | 7.262 |

(i) As aplicações financeiras se referem a certificados de depósitos bancários remunerados à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e podem ser resgatadas imediatamente em um montante conhecido de caixa sem penalidade de juros, estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

8 Contas a receber de clientes

| | 2017 | 2016 |
|----------------------------------|--------|--------|
| Cientes nacionais | 40.053 | 34.410 |
| Cientes estrangeiros | 2.424 | 2.294 |
| Partes relacionadas (Nota 11(a)) | 2.010 | 2.197 |
| | 44.487 | 38.901 |

Em 31 de dezembro de 2017, contas a receber de clientes no valor de R\$ 512 (2016 - R\$ 1.453) encontram-se vencidos, mas não impaired. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

| | 2017 | 2016 |
|----------------------|------|-------|
| Até três meses | 92 | 1.281 |
| De três a seis meses | 74 | 69 |
| Acima de seis meses | 146 | 103 |
| | 312 | 1.453 |

Segundo avaliação da administração, este contas a receber vencido deve ser totalmente recuperado até 31 de dezembro de 2018.

A Companhia ofereceu duplicatas a receber como garantias em contratos de empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na Nota 17 (d).

9 Estoques

| | 2017 | 2016 |
|--|------|------|
| | | |